

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.700 - CE (2018/0177699-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**RECORRIDO** : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO DO CEARA**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ NAVARRO - CE015980**  
: **ROBSON SABINO DE SOUSA - CE016141**  
: **PEDRO PAULO SILVA DE OLIVEIRA - CE023929**  
**INTERES.** : **R P L**  
**ADVOGADO** : **SEM ADVOGADOS**

**DECISÃO**

1. Às fls. 149-150, proferi o seguinte despacho:

1. Trata-se de recurso especial em *habeas corpus* a versar sobre prisão civil decorrente de execução de alimentos devidos por advogado.

Inicialmente, o juiz de piso determinou a prisão civil do causídico com expedição de mandado para que o paciente fosse recolhido preso ao Instituto Penal Professor Olavo Oliveira - IPPOO (fl. 24).

Após requerimento da OAB/CE para que fosse observada a prerrogativa estabelecida no art. 7º, V, da Lei 8.906/94, aquele juízo determinou o recolhimento do mandado anterior, expedindo nova ordem de prisão, agora com expressa determinação de recolhimento do paciente no Corpo de Bombeiros Militar de Fortaleza ou em estabelecimento similar, indeferindo, no entanto, a remoção do advogado para prisão domiciliar (fls. 25-26).

A Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Ceará impetrou *habeas corpus* com pedido de liminar, apontando como autoridade coatora o Juízo da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza.

Ao apreciar o *writ*, a 6ª Câmara Cível do TJCE confirmou a liminar deferida para conceder a ordem, garantindo ao paciente o direito de cumprimento da prisão civil em prisão domiciliar, ante a inexistência de sala de Estado maior naquela unidade da Federação (fls. 79-89).

Em seguida, o Ministério Público do Estado do Ceará interpôs recurso especial em *habeas corpus*, pleiteando a denegação da ordem (fls. 94-105).

2. Tendo em vista o tempo decorrido - a publicação do acórdão estadual ocorreu em 6 de outubro de 2014 (certidão de fl. 91), o protocolo do recurso especial é datado de 17 de novembro daquele ano e os autos foram distribuídos a esta Corte apenas em 2018 -, manifeste-se o Ministério Público do Estado do Ceará, no prazo de 10 dias, se persiste o interesse no julgamento do feito, sob pena de extinção do procedimento recursal.

2. Conforme certificado à fl. 155, não houve manifestação da parte em relação a tal despacho, razão pela qual extingo o procedimento recursal, determinando a

# *Superior Tribunal de Justiça*

baixa dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator